



**III CONGRESSO INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA**

Cenários e Desafios Contemporâneos

18, 19 e 20 de Novembro Evento totalmente online

UNISC Universidade do Oeste de Santa Catarina
Currículo, Memórias e Narrativas em Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado e Doutorado
CURTIÇÃO DO BÔNUS FICCO

APONTAMENTOS SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE BNCC E REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Ana Carolina da Silva Pereira

A partir da Medida Provisória nº 746/2016, posteriormente convertida na Lei nº 13.415/17, os rumos para uma reforma educacional do Ensino Médio passaram a ser delineados. Tema central dos últimos anos, sendo discutida enquanto Projeto de Lei desde 2013 e atravessando um contexto de crise política em 2016, um dos principais efeitos dessa Lei para a última etapa da educação básica está relacionado a um conjunto de mudanças na LDBEN (Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), sendo a principal delas a divisão do Ensino Médio brasileiro em duas partes: uma determinada pela Base Nacional Comum Curricular, cuja carga horária ficou fixada em até 1.800 horas, destinadas à formação básica comum; outra para a parte diversificada, composta por cinco itinerários formativos, sendo quatro distribuídos por área do conhecimento e um de formação técnica e profissional, ampliando a carga horária total do ensino médio de 2.400 horas para 3.000 horas (Silveira, 2022).

Para Giaretta (2021), a BNCC representa uma política educacional ancorada no ordenamento jurídico-estatal brasileiro induzida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, prevista em metas e estratégias deste documento nacional. Ela “apresenta-se como reforma curricular integrada à política nacional de Educação Básica, capaz de promover profunda transformação na educação brasileira” (Giaretta, 2021, p. 2). Assim, o novo texto da LDBEN passou a comunicar que a oferta de itinerários formativos passa para a responsabilidade dos sistemas e instituições de ensino, que poderão oferecer tais itinerários por meio de diferentes arranjos curriculares, “conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino” (Brasil, 2017, s.p.). A partir disso, os estudantes poderiam escolher qual itinerário cursar no Ensino Médio. Com este amparo legal que flexibiliza a oferta dos itinerários, ao contrário do que é divulgado pela mídia e pelo governo federal, eles não têm sido, necessariamente, uma escolha dos estudantes, especialmente no que diz respeito a alunos(as) das escolas públicas.



III CONGRESSO INTERNACIONAL ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

Cenários e Desafios Contemporâneos

18, 19 e 20 de Novembro Evento totalmente online

UNISC Universidade do Oeste de Santa Catarina
Currículo, Memórias e Narrativas em Educação
Programa de Pós-graduação em EDUCAÇÃO Mestrado e Doutorado
CURTIÇÃO DO BOM FÉTO

Um dos principais argumentos dos reformadores que defendem a “modernização” do currículo do Ensino Médio tem a ver com a ideia de que esse currículo seria “sobrecarregado de disciplinas ‘inúteis’ ou ‘desinteressantes” (Motta; Frigotto, 2017, p. 361), ou seja, que “não dialoga com os jovens e o setor produtivo” (Gonçalves, 2017, p. 135), deixando explícito o caráter empresarial adotado pela reforma educacional, bem como sua proximidade com a noção de capital humano. A partir dessa nova organização curricular, a oferta de itinerários formativos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas não é obrigatória, o que afeta as condições de possibilidade de oferta do ensino de História dentro desta grande área.

O objetivo deste texto é compreender o lugar da História no currículo escolar considerando os contextos da BNCC e da reforma do Ensino Médio. O problema se fundamenta a partir da percepção de que, após a alteração da Medida Provisória nº 745/16 para a Lei nº 13.415/17, houve um esvaziamento do conhecimento histórico nos currículos escolares tendo em vista a definição de competências gerais dirigidas à área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, retirando-se, desse modo, os principais contornos que circunscreviam as identidades das disciplinas, especialmente a de História.

A abordagem é de cunho qualitativo, configurando-se como uma pesquisa bibliográfica a partir de um mapeamento realizado em duas bases de acesso livre no Brasil, sendo elas o Portal de Periódicos da CAPES e o seu Catálogo de Teses e Dissertações. O levantamento foi feito a partir de marcadores de busca específicos vinculados à pesquisa, sendo utilizado um total de 4 filtros no Portal de Periódicos da CAPES e no Catálogo de Teses e Dissertações. De um total de 118 referências encontradas, 67 foram artigos e 50 pesquisas de pós-graduação *stricto sensu*. A abrangência temporal da revisão bibliográfica compreendeu o período de 2019 a 2024.

A Base Nacional Comum Curricular enfatiza um modelo curricular que serve para atender às necessidades dos(as) jovens nos dias de hoje, possibilitando a sua preparação para o mercado de trabalho. A História perde, então, seu lugar como uma disciplina que prepara o indivíduo para uma postura crítica diante da realidade para se tornar um



III CONGRESSO INTERNACIONAL ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

Cenários e Desafios Contemporâneos

18, 19 e 20 de Novembro Evento totalmente online

UNISC Universidade do Oeste de Santa Catarina
Currículo, Memórias e Narrativas em Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado e Doutorado
CURTI CON DO BORGES FERREI

componente do currículo com conhecimentos a ser memorizados ou “decorados”. A BNCC do Ensino Médio apresenta a aprendizagem histórica restrita a um conjunto de operações, no qual o(a) historiador(a), ao investigar o passado, procuraria tão somente “identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes” (Brasil, 2017, p.347). O tempo histórico não é considerado em sua complexidade, na relação que estabelece com o presente. E no presente que se projeta em uma pergunta dirigida às fontes que nos chegam do passado. No caso do Ensino Fundamental, percebemos que a BNCC apresenta o “passado” como algo que deveria ser explicado em si mesmo. Ao se olhar para a BNCC do ensino de História, verifica-se o esvaziamento dos processos de formação que, conseqüentemente, impossibilita um desenvolvimento do aprendizado histórico crítico, pois associado a uma educação voltada para um caráter empresarial e para a formação de indivíduos que saibam empreender e sejam flexíveis, não importando que entendam as decisões políticas que estão influenciando e limitando o seu modo de viver. O documento acaba por reduzir o ensino de História ao concebê-lo apenas como um conjunto de operações voltado à avaliação. Enfatizando competências e habilidades que não são próprias da disciplina, obstaculiza a formação histórica que relaciona “[...] os espaços de experiências e os horizontes de expectativas” (Almeida, 2021, p.119), diminuindo as possibilidades de criação de sentidos nas vidas dos(as) estudantes.

A pesquisa nos permitiu compreender que a História, como disciplina, perde lugar no currículo escolar na medida em que sua centralidade passou a ser a da lógica de habilidades e competências, diminuindo as condições de possibilidade para a formação de sujeitos críticos e reflexivos. No caso da BNCC do Ensino Fundamental, a bibliografia analisada denuncia indução à volta de características do ensino tradicional, voltado à memorização de datas e fatos históricos, sem um aprofundamento maior ou mesmo a garantia de acesso a determinados conhecimentos históricos. No caso do Ensino Médio, a História perde especificidades enquanto disciplina na medida em que a BNCC desta etapa organiza o currículo da formação geral básica por área de conhecimento. Além



**III CONGRESSO INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA**

Cenários e Desafios Contemporâneos

18, 19 e 20 de Novembro Evento totalmente online

UNISC Universidade Estadual de Campinas
Currículo, Memórias e Narrativas em Educação
Programa de Pós-graduação em EDUCAÇÃO Mestrado e Doutorado
CURTIÇÃO DO BÓDIO FELTO

disso, com a diminuição da carga horária destinada à formação geral em até 1.800 horas e a inclusão dos itinerários formativos, o “Novo Ensino Médio” diminui a importância da História no currículo escolar, obstaculizando sua presença em todos os anos dessa etapa da educação básica.

Palavras-chave: História; Novo Ensino Médio; Base Nacional Comum Curricular.

Referências

ALMEIDA, Denis Andrade. *O currículo e o ensino de História nas malhas do neoliberalismo: competências e formação histórica*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual de Campinas. 2021. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1164714>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

GIARETA, Paulo Fioravante A produção de conhecimento sobre a Base Nacional Comum Curricular no Brasil: levantamento de teses, dissertações e artigos. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v.6, p.1-38, 2021.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. *Retratos da Escola*, Brasília, v.11, n.20, jan./jun. 2017, p.131-145.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). *Educ. Soc.*, Campinas, v.38, n.139, p.355-372, abr./jun. 2017.

SILVEIRA, Éder da Silva. *O “Novo Ensino Médio”: experiências e narrativas de recontextualização na rede pública do Estado do Rio Grande do Sul*. Relatório de estágio pós-doutoral desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPR. Paraná/Curitiba, UFPR, 2022.